

Meios de comunicação de massa e discursos reducionistas sobre a política¹

Fernanda Nalon SANGLARD²

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG

Resumo

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre como o conceito de política majoritariamente disseminado pelos meios de comunicação de massa está restrito à dimensão eleitoral-partidária, deixando em plano secundário tantas outras conceituações possíveis. Buscou-se utilizar o conceito de campo, tal como definido por Pierre Bourdieu, para analisar as tensões existentes entre o jornalismo e a política. Outra intenção foi compreender como a imprensa disputa com outras instituições o espaço de definição dos sentidos sociais predominantes da política e, dessa forma, contribui para fixar estruturas reducionistas sobre o tema ao deixar de abordar assuntos que não façam referências eleitorais ou partidárias.

Palavras-chave

Política; meios de comunicação de massa; sentidos sociais.

Introdução

É interessante refletir sobre como as discussões atuais que abordam a opinião pública geralmente perpassam a relação com os meios de comunicação de massa. Isso tem conexão com o desejo que os agentes dos campos sociais têm de configurar opiniões e fazer com que alguns sentidos se tornem predominantes, como forma de fortalecimento de um determinado projeto de poder. Quando falamos de política – e das diversas conceituações que esse termo pode receber – é quase impossível não pensarmos no vínculo com a grande mídia.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFJF, email: nandanalon@yahoo.com.br. Trabalho orientado pelo professor do PPGCOM-UFJF Paulo Roberto Figueira Leal.

Os meios de comunicação de massa contribuem de forma decisiva para a informação da população e podem ser considerados principais, e em alguns casos únicas, fontes sobre política. São tidos como elementos indispensáveis para o atual modelo de representação, por também atuarem na formação da opinião pública. O fato é que se vivemos em uma democracia de público, como conceitua Bernard Manin (1995 apud Aldé 2004), a grande mídia passa a ser elemento fundamental no jogo político e a substituir algumas funções dos partidos e dos poderes executivo e legislativo.

O desenvolvimento do jornalismo como campo, a partir das ideias defendidas por Pierre Bourdieu sobre o tema, contribuiu para o entendimento dos meios de comunicação não mais como meros instrumentos a disposição de outros campos. Eles passaram a ser compreendidos como sistemas que possuem valores, hierarquias, regras de funcionamento, conhecimento próprio e um discurso que se autolegitima. Essas mudanças também implicaram alterações nas interfaces entre comunicação e outras áreas do saber.

O jornalismo, especificamente, sempre foi uma área enquadrada no limiar de outros campos. Quando ganha aspecto de instituição, reivindica para si muitos espaços de definição de sentidos que não eram seus, o que provoca maior simbiose com alguns campos e também relações mais tensas. As disputas entre a mídia de massa e as instituições da política ganham contorno especial e são acirradas pelo fato de a imprensa buscar legitimação como detentora do saber da realidade, apesar de suas escolhas sempre potencializarem alguns sentidos em detrimento de outros.

Contudo, muitas vezes passa despercebido por nós como nossos discursos e nossas visões são atravessados por conceitos pré-estabelecidos, formatados culturalmente, e fortalecidos pelos consensos adotados pelos meios de comunicação de massa – conceitos frequentemente reducionistas. Por tudo isso, discutir comunicação e política e as maneiras como a interface entre as duas esferas se estabelece torna-se extremamente oportuno.

Teoria dos campos

Assim como Peter Berger e Thomas Luckmann (2007) defendem que a sociedade é construída socialmente, sendo a percepção da realidade uma produção

social, Pierre Bourdieu (1983, 1997) parte de entendimento semelhante para analisar o mundo social, articulando níveis diferentes da realidade e trabalhando a ideia de campos sociais e *habitus*.

Na "teoria dos campos", Bourdieu (1983, p. 89) fala de "espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)". Ele defende que os campos possuem leis gerais e propriedades particulares.

O autor também se dedica a estudar aqueles que analisam a realidade e acredita que o sujeito da ciência é também parte do objeto da ciência. A partir da reflexão sobre o funcionamento da academia e a forma como os intelectuais se colocam como classe dominante do saber, ele tenta compreender as disputas pelo discurso preponderante e a construção dos campos sociais.

Segundo Bourdieu (1983), apenas pessoas com formação apropriada conseguem adentrar em um determinado campo. Sendo assim, é possível compreender as disputas de poder no interior de um campo e entre campos distintos. Para o funcionamento do campo existir, "é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc." (Bourdieu, 1983, p. 89). Ele define como *habitus* a condição de existência de um campo e também o produto do seu funcionamento.

O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidos para esse fim. (...) Quando basta deixar o *habitus* funcionar para obedecer à necessidade imanente do campo, e satisfazer às exigências inscritas (o que em todo campo constitui a própria definição de excelência, sem que as pessoas tenham absolutamente consciência de estarem se sacrificando por um dever e menos ainda o de procurarem a maximização do lucro específico). (BOURDIEU, 1983, p. 94).

As disputas tornam-se mais compreensíveis quando percebemos que os agentes que estão na posição de domínio objetivam manter a ordem estabelecida no campo e os que não têm tanta autoridade tendem a agir de forma subversiva. Vale ressaltar ainda



que os agentes costumam possuir objetivos em comum, sendo um deles o interesse pela existência do campo.

Um dos campos trabalhados por Bourdieu foi o da produção jornalística. Conforme o autor (1997, p. 105), “o campo jornalístico constitui-se como tal, no século XIX, em torno da oposição entre os jornais que ofereciam notícias sensacionais e jornais que propunham análises e comentários”.

O sociólogo aborda a transformação dos meios de comunicação, que teriam sido instrumento da democracia, em instrumento de opressão simbólica e como a discussão sobre eles ganhou importância no espaço público. Outro ponto ressaltado nesta fase do trabalho de Bourdieu é a atividade jornalística e o controle da informação, que estaria restrito aos grandes grupos de comunicação. (FERREIRA, 2009).

Com uma espécie de sistema de críticas cruzadas, Bourdieu almeja nas suas análises que o coletivo dos jornalistas construa instâncias eficazes de julgamento crítico capazes de se opor às imposições das pesquisas de audiência, criando assim sua legitimidade específica. "Os jornais não publicam a quinta parte das informações que eles têm de seus concorrentes, e é muito raro que no meio jornalístico se engendrem polêmicas que, ao meu ver, fariam progredir a autonomia, e pelas quais se inventaria e se exercitaria uma verdadeira deontologia prática (e não teórica e programática)." (FERREIRA, 2009).

A partir da reflexão sobre o campo do jornalismo, torna-se perceptível sua relação com diversos outros campos, e especial para este trabalho é a sua interação com o campo da política.

Campo jornalístico X político

Em “Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa”, Wilson Gomes (2004, p.41), defende que “há uma zona crescente e complicada de interface entre os universos da política e da comunicação de massa”. Para compreender essa relação é necessário definir antes o modelo de interação entre política e comunicação de massa que se fará uso. O modelo escolhido é aquele definido por Gomes (2004, p.52) como o que não interpreta cinema, rádio, imprensa escrita e televisão apenas como meios de comunicação de massa, mas como campos sociais.

Segundo o autor (2004, p. 53), “(...) chegou um momento em que o jornalismo é socialmente reconhecido como um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento, como um campo social”. O jornalismo é compreendido como campo a partir da definição dos seus problemas, das intenções dos jornalistas, dos métodos e estratégias profissionais. “Onde só se via um meio, constituiu-se agora uma instituição social, com valores, regras de funcionamento, definições sobre sua própria natureza, hierarquias, conhecimento acumulado, discurso de autolegitimação social e deontologia específica.” (GOMES, 2004, p.57).

E, assim como em outros sistemas, a legitimidade no jornalismo se conquista de acordo com a distribuição do capital que produz notoriedade. Por isso, “a luta pela conquista da autoridade, no jornalismo, como em campos semelhantes, é uma luta pela visibilidade, pelo reconhecimento. Como diz Pierre Bourdieu, acerca do campo científico ‘acumular capital é fazer um nome’”. (GOMES, 2004, p.55).

Retomando a interface entre comunicação e política, é válido ressaltar que os campos do jornalismo e da política são interdependentes, mas também têm relações tensas e conflituosas. Isso porque a grande mídia começou a reivindicar um papel que não era seu e a disputar com as instituições políticas o direito de definir sentidos predominantes sobre a própria política.

Os meios de comunicação de massa passaram a ocupar espaços que eram de outras instituições e, dessa forma, um processo de confronto se iniciou. A partir do fenômeno da midiaticização, a esfera política teve que reconhecer que a comunicação de massa passou a deter o controle da esfera de visibilidade pública.

Atualmente, grande parte das informações que as pessoas têm sobre a política advém da imprensa. A grande mídia tornou-se uma das principais formas de acesso a qualquer tipo de assunto. Segundo Aldé (2004, p.14), os meios de comunicação de massa são considerados, “por parte significativa da grande maioria que os consome, fonte importante de referências a partir das quais organizam o mundo e a política”.

Manin (1995 apud Aldé, 2004, p.23-25) define que vivemos em uma democracia de público, onde os meios de comunicação oferecem atalhos para que se obtenha informação política. As fontes de informação e de formação das opiniões públicas não são apenas os partidos políticos, o poder executivo ou o legislativo, mas principalmente a mídia de massa. Nesse modelo de democracia, há crescente personalização da escolha

eleitoral e os candidatos que se apresentam como melhores comunicadores tendem a ser beneficiados.

No mundo contemporâneo, tanto analistas quanto políticos tendem a considerar os meios de comunicação de massa muito importantes para as instituições políticas e seus membros. Atribuem essa importância basicamente a dois motivos: primeiro, por considerarem estes responsáveis pela viabilização da comunicação política nas democracias de massa ou de público; segundo, por causa do poder de interferência destes no próprio processo comunicativo. Para Daniel Callahan e seus colaboradores, por exemplo, nos Estados Unidos os meios de comunicação de massa têm relevância tanto como veículo de comunicação entre os congressistas e seu público (eleitores de fato ou em potencial) quanto como fonte de informação política para os congressistas aferirem as reações dos próprios meios de comunicação de massa e/ou da sociedade ante os fatos políticos. Essa afirmação, feita em meados dos anos 1980, continua atual. Apesar dos avanços tecnológicos na área das telecomunicações nos últimos anos, que permitem hoje um contato ainda mais direto entre representantes e representados, e do seu relativo barateamento, o que permitiu sua crescente popularização, os meios de comunicação de massa tradicionais (jornal, revista, rádio e televisão aberta) ainda são os principais veículos de comunicação política, seja nos Estados Unidos, na Europa ou no Brasil. (JORGE, 2003, p.10).

Os meios de comunicação de massa se transformaram em elemento indispensável para o nosso atual modelo de representação política. “Dessa forma, o mundo público aparece para o indivíduo comum como uma ‘realidade mediata e midiática’”. (JORGE, 2003, p. 26).

De acordo com Maria Regina Soares de Lima e Zairo Borges Cheibub, com exceção dos 30 líderes sindicais entrevistados pelo Iuperj, as demais elites brasileiras – empresários, congressistas e administradores públicos – acreditam que a *televisão* e a *imprensa* são as instituições politicamente mais influentes no Brasil. (Lima e Cheibub, 1994 apud Jorge, 2004, p.29).

A partir da grande penetração na sociedade e do fortalecimento como instituição, o jornalismo começou a ter participação na determinação de conceitos dominantes. O fato de a formatação e repetição de alguns sentidos na imprensa serem capazes de torná-los preponderantes rapidamente também foi responsável para alimentar as tensões na interface entre comunicação e política.

Visando refletir sobre a dominância de alguns conceitos pré-estabelecidos sobre política, também abordaremos vários entendimentos sobre o que o termo pode

representar, a maneira como os meios de comunicação referem-se a eles, e a importância da noção de enquadramento, contribuindo para a fixação de alguns sentidos em detrimento de outros.

Enquadramento de mídia

O conceito de enquadramento de mídia, ou enquadramento noticioso (*news framing*), foi desenvolvido por Erving Goffman e divulgado na obra *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. (1974 apud LEAL, 2010). Apesar de o autor afirmar que a definição foi desenvolvida a partir de estudos de outros teóricos, o termo *framing* (enquadramento) e sua conceituação foram delineados por Goffman.

Eu assumo que definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos [...] e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadrar é a palavra que eu uso para referir a esses elementos básicos como eu sou capaz de identificar. (GOFFMAN, 1974, p. 10, apud LEAL, 2009, p.4).

Enquadramento de mídia é o termo que se refere aos modelos de interpretação e seleção que definem coisas e assuntos que serão destacados ou excluídos, com o intuito de organizar o discurso. A partir desse conceito, também muito usado por Todd Gitlin (1980), avançou-se nos aspectos de interface com os meios de comunicação: tornou-se mais compreensível o entendimento de como o jornalismo não faz uma cópia fiel, não apresenta um reflexo da realidade – na verdade, ele a constrói. As notícias jornalísticas são molduras (*frames*), fragmentos da realidade, ou seja, apenas uma das maneiras, dentre tantas possíveis, de enxergar o fato.

Enquadramentos são princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual. (GITLIN, 1980, p. 6-7, apud LEAL, 2009, p.4).

Robert Entman (1993 apud LEAL, 2010) aprofunda os estudos da relação do enquadramento com o jornalismo e defende que enquadrar é selecionar algumas faces da realidade percebida e transformá-las em aspectos de destaque na informação

jornalística. Isso seria possível a partir de definições particulares, pré-estabelecidas, julgamento de interesse ou avaliação moral, dentre outros atributos.

Para Gitlin (1980), o enquadramento é uma prática comum e quase inevitável na prática jornalística. Ele admite que é preciso fazer escolhas temáticas, editoriais e de abordagem, mas questiona o fato delas serem sempre semelhantes. Segundo o autor, a utilização dos mesmos enquadramentos pelos meios de comunicação, contribuindo para a fixação de consensos e reduzindo as possibilidades de discussões aprofundadas, pode ser considerado um problema.

O pesquisador português Nelson Traquina (2008) defende que há uma cultura noticiosa comum entre os jornalistas, que monitoram as coberturas uns dos outros. Segundo ele, os jornalistas representam uma comunidade ou tribo interpretativa transnacional e, portanto, mesmo atuando em países diferentes, a cobertura revela semelhanças significantes.

Traquina também aborda os conceitos de enquadramento de Goffman e Gitlin e defende que o jornalismo não só seleciona fatos, por meio do agendamento, mas também os enquadra. Por isso, as notícias devem ser consideradas construções, narrativas. Isso não quer dizer que sejam ficção, mas desconstrói o mito de jornalismo como espelho da realidade. Segundo ele, a ideia de prisma (de Patterson) é semelhante à dos óculos (de Bourdieu), no sentido de demonstrar que os jornalistas têm “lentes especiais” que enxergam apenas alguns aspectos dos acontecimentos, considerados por eles mais relevantes, silenciando outros.

O que é política

Conforme Aldé (2004, p. 41), “a discussão sobre a política pressupõe a existência de uma pluralidade de opiniões”, talvez por isso, e também porque qualquer conceito reflete apenas algumas das interpretações possíveis, existem vários entendimentos sobre o que é a política. Aristóteles (1998) já considerava o homem como um animal político, já que o convívio em sociedade seria típico da natureza humana. Entretanto, os diferentes discursos e sentidos sobre a política criaram na contemporaneidade conflitos e disputas de poder pela discursividade hegemônica. O dicionário eletrônico Aurélio define política como:

Sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos; arte de bem governar os povos; conjunto de objetivos que enformam determinado programa de ação governamental e condicionam a sua execução; princípio doutrinário que caracteriza a estrutura constitucional do Estado; posição ideológica a respeito dos fins do Estado; atividade exercida na disputa dos cargos de governo ou no proselitismo partidário; habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados.” (AURÉLIO, 1999).

Dentre as definições de política do Houaiss (2009) destacam-se “arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados; arte de guiar ou influenciar o modo de governo pela organização de um partido” e “influência da opinião pública, aliciação de eleitores etc.; habilidade no relacionar-se com os outros, tendo em vista a obtenção de resultados desejados”.

Alguns estudiosos do assunto concluíram que tratar de política é cuidar das decisões sobre problemas de interesse da coletividade, e por isso definiram política como “arte e ciência do governo”. (...) Outros entenderam que a tomada de decisões sobre assuntos de interesse comum é sempre um ato de poder e, a partir daí, preferiram definir política como o “estudo do poder”. Outros ainda acharam que modernamente a capacidade de tomar essas decisões está nas mãos do Estado ou dependente dele e por isso preferiram conceituar política como “Ciência do Estado”. (Dallari, 1999, p.8-9).

Já Dallari (1999, p.9-11), considera a política como a “conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos” dirigidas a um fim comum, podendo ser entendida como a vida integrada e organizada dentro de uma sociedade, que procura atender à necessidade natural de convivência, ou também como o estudo dessa organização e das decisões sobre o interesse comum.

Este artigo não tem a pretensão de eleger uma conceituação da política que poderia ser considerada ideal. O intuito é buscar compreender como o campo científico abriga tensões internas e como o jornalismo também passou a reivindicar o direito de definir os sentidos sobre a política. Para tal, é preciso compreender quais são as principais fontes de informação dos cidadãos sobre a política e os sentidos preponderantes dados a ela. Sendo assim, torna-se necessário introduzir a questão dos meios de comunicação, principalmente os de massa, nessa equação.

Durante a conferência de abertura do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, realizado em setembro de 2009, em Curitiba, o escritor e pesquisador francês Dominique Wolton abordou a negociação e os silenciamentos e

também a importância da comunicação para a democracia. Segundo ele, a comunicação é a grande questão política do século XXI, e todos esses elementos são formas de negociação. Wolton defende que a comunicação política é um espaço simbólico, um modelo de enfrentamento, convivência e também de articulação. O autor ressaltou ainda a relevância de se discutir política e de buscar compreender melhor como o tema é negociado em conjunto com a comunicação.

Disputas pela conceituação

Tanto a academia quanto a comunicação são importantes instrumentos de poder e de disputa pelo discurso dominante. O objetivo da concorrência pela fixação do sentido predominante das coisas do mundo justifica-se pela tentativa de estabelecer uma ordem simbólica, por meio de enquadramentos, como define Goffman. Com a política não é diferente. Desde a época de pensadores como Aristóteles a disputa pela conceituação preponderante sobre o tema se faz presente.

Estabelecer significados normalmente anula alguns sentidos, pois quando eles se transformam em uma lembrança ou recorte dominante, provocam o esquecimento de outros aspectos possíveis. Atualmente, o modo de lidar com a conceituação das coisas e com essa discursividade preponderante pode ser entendido como algo tipicamente midiático. Isso porque os meios de comunicação, principalmente os veículos jornalísticos, tendem a apresentar consensos e não discussões sobre os temas abordados.

É possível perceber como atualmente a sociedade, e também a imprensa, restringem o termo política aos assuntos relacionados aos partidos políticos, às personalidades desses partidos e às eleições. Estes parecem ser os discursos dominantes, os consensos, a cerca do que é entendido como política.

Contudo, muitas acepções possíveis sobre o termo não são levadas em conta no cotidiano dos cidadãos nem nos noticiários, que, normalmente, não dedicam espaço à política que não seja eleitoral ou partidária, ou oferecem pouco destaque (se restringindo a oferecer a fala de um cientista social ou político sobre um tema específico).

Sentidos possíveis

A conceituação dos termos é também uma disputa discursiva. Conforme Michel de Certeau (2000, p.31-35), até mesmo a história não passa de uma construção da discursividade e o entendimento do que ela vem a ser depende do contexto em que é utilizada, da sua prática e dos conceitos que se fortaleceram. Segundo o autor, a história pode ser vista como ciência e também como objeto de estudo.

A organização de cada historiografia em função de óticas particulares e diversas de refere a atos históricos, fundadores de sentidos e instauradores de ciências. Sob este aspecto, quando a história leva em consideração o “fazer” (“fazer história”), encontra ao mesmo tempo seu enraizamento na ação que “faz história”. Da mesma forma que o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a práxis política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades e que, num momento dado, torna possível tal ou qual tipo de compreensão científica. (CERTEAU, 2000, p.41).

Michel de Certeau também aborda os preconceitos que aparecem nas escolhas dos assuntos a serem estudados. “Não é de espantar que os estudos visando corrigir esses recortes, para fazer prevalecer outros, provenham não apenas de tradições ideológicas diferentes, mas de lugares justapostos e frequentemente opostos aos primeiros (...)” (2000, p.42).

Deslocando as ideias do autor para a realidade da imprensa, percebemos que as escolhas editoriais estão carregadas de preconceitos, nem sempre intencionais. Especificamente nas editoriais de política dos jornais, é perceptível que um dos conceitos possíveis sobre política é evidenciado, enquanto tantos outros são encobertos.

O discurso predominante, geralmente, é o da política eleitoral e partidária, que privilegia assuntos relacionados aos partidos políticos, às eleições, aos candidatos, às personalidades eleitas e ao conceito de cidadania restrito à participação nas eleições, nas audiências públicas e em atividades relacionadas aos poderes legislativo ou executivo.

Para muita gente, ser cidadão confunde-se com o direito de votar. Mas quem já teve alguma experiência política – no bairro, igreja, escola, sindicato etc. – sabe que o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural. (MANZINI-COVRE, 2001, p.8).

Não queremos dizer que a participação no processo eleitoral não seja um exercício de cidadania. Entretanto, vale ressaltar que não é o único e lembrar que outras práticas cidadãs não são tão notadas no cotidiano das cidades e, quando são, ganham mais espaço nas editorias de economia (por exemplo, as matérias sobre greves e reivindicações trabalhistas) e cidade (no caso das reportagens a respeito de movimentos sociais ou de luta pelos direitos humanos), com críticas a aspectos da política ou sem espaço para as discussões políticas aprofundadas.

Os direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa etc. Mas, principalmente, relacionam-se à convivência com os outros homens em organismos de representação direta (sindicatos, partidos, movimentos sociais, escolas, conselhos, associações de bairro etc.) ou indireta (pela eleição de governantes, parlamento, assembleias), resistindo a imposições de poderes (por meio de greves, pressões, movimentos sociais). E, ainda, dizem respeito a deliberações dos outros dois direitos, os civis e os sociais (...). (MANZINI-COVRE, 2001, p.8).

É nítido que a ideia de política apenas como algo vinculado à corrupção, à burocracia e às eleições está arraigada na sociedade. São discursos pré-estabelecidos, que reforçam preconceitos e de difícil desconstrução. Um dos fatores que pode desacreditar a política é o senso de que ela só está relacionada aos partidos e às eleições. Pois como muitas coisas funcionam de maneira diferente na teoria e na prática, desconhecer outros sentidos possíveis para o termo pode fazer com que ele seja responsabilizado por tudo que ocorra de errado em relação ao processo eleitoral, por exemplo.

(...) embora as Constituições estabeleçam que o sistema é de sufrágio universal, isso não quer dizer que, na realidade, esse direito já tenha sido estendido a todos ou que pode ser exercido por todos com a mesma liberdade. Em grande número de países a porcentagem de pessoas sem direito de participação política, ou que têm o direito afirmado na lei mas que de fato não têm o poder de participação, é ainda muito grande. (DALLARI, 1999, p.29).

Os discursos ofertados pela mídia exercem importante papel na divulgação de informações, mediação das relações sociais e formação de opiniões. Sendo assim, o fato de os veículos se restringirem a abordar com mais destaque apenas um dos sentidos possíveis sobre política, contribui para a fixação deste discurso dominante.

Ao compartilhar da ideia de Kellner (2001) de que existe uma cultura veiculada pela mídia capaz de interferir diretamente nas opiniões, comportamentos e construções identitárias das pessoas, e de que essa cultura desempenha papel importante nas eleições, nos embates políticos e na legitimação dos sistemas políticos, é possível compreender ainda melhor como, em uma democracia de público, “a esfera pública está cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa” (ALDÉ, 2004, p. 19).

Considerações finais

A partir dos conceitos trabalhados neste artigo, foi elaborada uma introdução sobre o campo do jornalismo e as interfaces entre comunicação e política. Longe de tentar hipervalorizar os meios de comunicação de massa, considerando-os o fundamento de qualquer fenômeno contemporâneo, ou de buscar proximidade com teorias apocalípticas ou integradas, a intenção do trabalho foi refletir sobre a midiaticização e construção dos sentidos sociais da política.

Por meio da reflexão sobre a “teoria dos campos”, de Pierre Bourdieu, abordamos como o jornalismo se transformou em instituição e passou a ser reconhecido socialmente como sistema. Quando o jornalismo se estabelece como campo social passa a reivindicar espaço de definição dos sentidos da política e inicia uma relação interdependente, mas também tensa, com o campo da política.

Atualmente não se pode mais compreender a política sem levar em conta o que os meios de comunicação de massa constroem e divulgam sobre ela, já que as visões que as pessoas têm da política são aquelas que, majoritariamente, são apresentadas pela grande mídia. Na disputa entre campos, o do jornalismo passou a deter maior controle da visibilidade pública.

Entretanto, o fato de os meios de comunicação de massa passarem a ocupar espaços que antes eram de outras instituições implica que os conceitos definidos pela mídia sobre a política são transformados em sentidos dominantes. E como, normalmente, a imprensa evita realizar discussões mais aprofundadas e se baseia em consensos, também contribui com a fixação de ideias reducionistas sobre determinados temas. O conceito de enquadramento de mídia, de Erving Goffman, foi relevante para proporcionar a compreensão sobre os recortes feitos pelos veículos jornalísticos.

A partir da abordagem de Todd Gitlin, também sobre enquadramento, ressaltamos a problemática de a mídia de massa optar pelo mesmo tipo de enfoque. Em relação à política, o conceito preponderante veiculado pela grande mídia está relacionado com a noção eleitoral partidária. Tal entendimento deixa na obscuridade vários outros sentidos possíveis e colabora com a afirmação de ideias preconceituosas ao relacionar mais aspectos negativos do que positivos ao termo política.

Referências bibliográficas

- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AURÉLIO dicionário eletrônico: século XXI. Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 27 ed., Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (p.1-65).
- DALLARI, Dalmo de A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FERREIRA, Giovandro Marcus. Pierre Bourdieu 1930-2002: Tradição e originalidade. Disponível em: <<http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/mort/oi30012.html>>. Acesso em: 18 jan. 2009.
- FOUCAULT, MICHEL. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (p.1-85).
- GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980. (p.6-50)



GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JORGE, Vladimir Lombardo. **Meios de comunicação de massa e Poder Legislativo: uma análise da cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985 a 1990**. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas: Ciência Política, Rio de Janeiro, 2003.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Análise de enquadramento noticioso televisivo: o Jornal Nacional e a representação dos atores envolvidos no Caso do Morro da Providência**. Intercom: Curitiba, set 2009.

_____. **Análise de enquadramento noticioso na cobertura do escândalo dos Sanguessugas**. Disponível em:

<http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/An%C3%A1lise_de_enquadramento_noticioso_na_cobertura_do_esc%C3%A2ndalo_dos_Sanguessugas:_uma_abordagem_do_jornalismo_pol%C3%ADtico_impreso>. Acesso em: 24 mar. 2010.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: um ensaio de poética do saber**. Trad. Eduardo Guimarães; Eni Orlandi. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Editora Insular, 2.ed, 2008.